

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS - PPDH

EDITAL UFRJ Nº 553/2022
SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS - PPDH PARA 2023

A Direção do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP/DH), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), de acordo com a legislação e regimentos em vigor, torna pública, para conhecimento dos interessados, que se encontram abertas as inscrições para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições do processo seletivo serão realizadas no período de 08 de agosto de 2022 às 23:59 min do dia 04 de setembro de 2022, exclusivamente pelo e-mail inscricoesppdh@nepp-dh.ufrj.br.

1.1.1. Os documentos necessários para a inscrição no processo seletivo de Mestrado devem estar digitalizados em formato PDF, sendo um arquivo PDF para cada documento exigido, anexados ao e-mail da inscrição.

1.2. A homologação das inscrições será divulgada no dia previsto neste edital, na página eletrônica do NEPP-DH/UFRJ, <http://www.nepp-dh.ufrj.br/>, após a conferência de toda a documentação pela Comissão de Seleção. Não haverá divulgação de resultados por telefone ou e-mail.

1.3. Os originais dos documentos gerados em PDF, para efeitos de inscrição no processo seletivo, deverão ser apresentados posteriormente, na ocasião da matrícula, para autenticação pela Secretaria. Em caso de não apresentação dos documentos originais, oportunamente, para conferência dos anexos, o(a) candidato(a) será considerado eliminado do certame, perdendo a vaga.

1.4. Poderão concorrer ao Processo Seletivo para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos pessoas graduadas em curso superior de qualquer área de conhecimento.

1.5. Serão admitidas inscrições de concluintes de graduação, desde que apresentem documento comprobatório de conclusão de curso até a data da matrícula no Programa.

1.6. É vedada a inscrição condicional.

1.7. O(a) candidato(a) que necessitar de condições especiais para a realização da seleção deverá, no ato da inscrição, preencher formulário próprio (Anexo II) relacionando suas necessidades para os dias do processo seletivo, sendo vedadas alterações, salvo nos casos de força maior nos termos da Lei e aqueles de interesse da organização do certame.

1.8. O(a) candidato(a) portador de deficiência visual importante deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição a necessidade de realizar a prova com o auxílio de um Ledor, que será disponibilizado pela unidade ou instituição responsável pela realização do processo seletivo, não podendo o PPDH ser posteriormente responsabilizado pelo(a) candidato(a), sob qualquer alegação, por eventuais erros de qualquer ordem.

1.9. O(a) candidato(a) amblíope deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição que deseja que a prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho de letra correspondente a corpo 24 na fonte Times New Roman.

1.10. O(a) candidato(a) com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de sala de prova de fácil acesso.

1.11. O(a) candidato(a) que necessitar de tempo adicional para realizar a prova deverá indicar sua condição, informando sua necessidade no Requerimento de Inscrição. Neste caso, deverá apresentar laudo médico informando de quanto tempo adicional necessitaria para a realização da prova, conforme o que prevê o Artigo 40, § 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999.

1.12. Em todas as situações previstas pelos itens 1.8 a 1.11, o(a) candidato(a) deverá apresentar laudo médico, por e-mail e em PDF no ato da inscrição, comprovando a sua condição de pessoa com deficiência.

1.13. No caso da solicitação de que trata o subitem 1.11 ser atendida, o(a) candidato(a) será informado de quanto tempo ele terá para a realização da prova, adicionalmente ao tempo inicialmente divulgado para a sua duração.

2. DAS VAGAS

2.1. Serão oferecidas 25 vagas para o Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos, sendo garantidas dentro destas, conforme a resolução CEPG 03/18 e a Resolução NEPP-DH 01/19, vagas para:

- a) 5 (cinco) reservadas para autodeclarantes negros (pretos e pardos);
- b) 1 (uma) para autodeclarantes quilombolas;
- c) 1 (uma) para pessoas travestis ou transexuais;
- d) 1 (uma) para pessoas com deficiência;
- e) 1 (uma) para indígenas e;
- f) 1 (uma) para servidores técnico-administrativos de Instituição de Ensino Superior (IES).

2.2. No ato da inscrição, os(as) candidatos(as) optarão por concorrer à vaga regular ou àquelas condicionadas à sua autodeclaração como negro(a), indígena, quilombola, pessoas travestis ou transexuais, como pessoa com deficiência ou como servidores(as) técnico-administrativos(as), devendo os mesmos preencherem, e entregar no ato da inscrição, formulário próprio (Anexo VI);

2.3. A autodeclaração dos(as) candidatos(as) optantes negros(as) será confirmada por uma comissão de heteroidentificação institucional.

2.3.1. A fase específica do procedimento de heteroidentificação ocorrerá imediatamente antes da homologação do resultado final da seleção prevista nos termos do Edital.

2.3.2. Serão eliminados da seleção os(as) candidatos(as) cujas autodeclarações não forem confirmadas pela comissão de heteroidentificação, ainda que tenham obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e independentemente de alegação de boa-fé.

2.3.3. A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado, com validade apenas para o concurso público para o qual foi designada, não servindo para outras finalidades.

2.3.4. O teor do parecer motivado será de acesso restrito, nos termos do art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

2.3.5. O resultado do procedimento de heteroidentificação será publicado na página eletrônica do NEPP-DH.

2.4. No caso de não haver candidatos(as) aprovados(as) no Programa de Ação Afirmativa, pessoas com deficiência, quilombolas, travestis ou transexuais, indígenas ou servidores(as) técnico-administrativos(as), as vagas deixam de estar reservadas a estas ações, voltando para a concorrência geral;

2.5. Não há obrigatoriedade de preenchimento do número de vagas ofertadas no processo seletivo 2022;

2.6. O Programa enfatiza que a aprovação não garante a atribuição de bolsa de estudo.

3. DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A INSCRIÇÃO DO(A) CANDIDATO(A)

3.1. Constituem documentos indispensáveis à procedência da inscrição do(a) candidato(a):

- a) Ficha de inscrição (Anexo I), devidamente preenchida em letra legível ou digitada e assinada. Serão aceitos certificados digitais;
- b) Cópia de identidade (RG ou passaporte ou carteira de motorista);
- c) Cópia do cartão do CPF; se houver o CPF no RG, não é preciso apresentar CPF em separado;
- d) Cópia do título de eleitor com o comprovante de quitação eleitoral;
- e) Cópia do certificado militar (se for o caso);
- f) Currículo Lattes cadastrado na plataforma do CNPq, atualizado em formato PDF;
- g) Cópia do diploma de graduação ou declaração de conclusão, expedida por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC). Em caso de conclusão do curso de graduação a tempo do ato da matrícula, o(a) candidato(a) deve apresentar declaração que comprove tal condição, expedida por órgão competente de instituição de nível superior;
- h) Cópia do histórico escolar da graduação, expedido por instituição reconhecida pelo MEC;

- i) Termo de opção por reserva de vagas (cotas) devidamente preenchido e assinado, se for o caso, conforme item 2.2;
- j) Apresentar, em formato PDF, o pré-projeto de pesquisa que pretende desenvolver no Curso de Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos, tendo em vista o prazo máximo para conclusão em 2 (dois) anos. O pré-projeto de pesquisa deverá atender ao padrão do ANEXO V; ser digitado em espaço entrelinhas 1,5; fonte Times New Roman, corpo 12; papel formato A4; margens de 2,5 cm e não deverá ultrapassar 10 (dez) páginas de texto, sem contar as referências bibliográficas;

3.2. Os(as) candidatos(as) portadores de diploma de instituições estrangeiras deverão apresentá-lo revalidado em território nacional, conforme normas da UFRJ, disponíveis em <https://xn--graduao-2wa9a.ufrj.br/index.php/faq-dip>

3.3. Para os(as) candidatos(as) autodeclarados(as) como indígenas interessados em pleitear uma vaga na Pós-Graduação do PPDH/NEPP-DH/UFRJ ainda será solicitado:

3.3.1. Um memorial relatando histórico de vida e intenções de estudo no PPDH/NEPP-DH/UFRJ, contendo autodeclaração de identidade indígena, com menção do grupo indígena específico a que está identificado;

3.3.2. Quaisquer documentos adicionais que o(a) candidato(a) considere pertinentes em função do que foi acima delineado, inclusive documentos diversos que comuniquem sua conexão com uma comunidade indígena.

3.3.3. Devem ser anexados documentos como carteira da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), cartas da comunidade e/ou de alguma organização indígena, entre outros.

3.4. A seleção será feita primeiramente pela avaliação deste dossiê. Em seguida, deverá ser realizada uma entrevista com os(as) candidatos(as) aprovados(as) na primeira etapa da seleção, o que definirá aqueles aptos à entrada no PPDH/NEPP-DH/UFRJ.

3.5. Para o(a) candidato(a) autodeclarado(a) quilombola é preciso que seja apresentada declaração de pertencimento assinada por liderança local ou documento da Fundação Palmares reconhecendo a comunidade como remanescente de quilombo.

3.6. Será permitida a inscrição por procuração específica individual com firma reconhecida por autenticidade, acompanhada de cópia digital dos documentos de identidade do(a) candidato e do(a) procurador(a), devidamente autenticadas. A procuração e as fotocópias dos documentos deverão ser anexadas ao Requerimento de Inscrição em PDF.

3.7. O(a) candidato(a) inscrito(a) por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do Requerimento de Inscrição.

3.8. Em cumprimento ao Decreto Federal nº 8727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais

e/ou transgêneros no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, fica garantida a adoção do nome social da pessoa travesti ou transexual e/ou transgênero, de acordo com seu requerimento através de preenchimento de campo no Anexo I deste edital.

3.9. Na ficha de inscrição, as pessoas travestis e transexuais e/ou transgêneros deverão preencher campo com nome de registro unicamente para conferência da documentação comprobatória de titulação e fins administrativos internos, conforme legislação vigente, e campo com nome social para utilização oficial durante todo o processo seletivo. O uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero serão garantidos durante todas as etapas do processo seletivo, tanto nas listagens públicas quanto no tratamento pessoal.

3.10. Serão homologadas as inscrições dos(as) candidatos(as) que apresentarem os documentos explicitados no subitem 3.3 (no caso de candidatos/as indígenas) e 3.5 (no caso de candidatos quilombolas) deste Edital, no prazo estipulado.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O processo seletivo será realizado nas dependências do NEPP-DH, localizado à Av. Pasteur, nº 250, prédio anexo do CFCH, 3º andar, Urca (RJ). As datas e os horários encontram-se explicitados no item 8 (oito) deste Edital.

4.2. Os(as) candidatos(a) autoidentificados(as) como negros(as), quilombolas, pessoas travestis ou transexuais e pessoas com deficiência obedecerão a todas as regras e passarão por todas as etapas estabelecidas por este edital. Candidatos(as) optantes indígenas serão selecionados primeiramente pela avaliação do dossiê enviado, conforme indicado no item 3.4. No entanto, enquanto para os(as) candidatos(as) não-optantes a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 7,0, para os(as) candidatos(as) optantes autoidentificados como negros(as), quilombolas, pessoas travestis ou transexuais e pessoas com deficiência a nota de corte em todas as etapas do processo seletivo será 5,0.

4.3. O processo de seleção compreenderá as seguintes etapas, todo a ser realizado de forma presencial:

4.3.1. Prova escrita de idioma estrangeiro. Esta etapa é eliminatória, mas não classificatória. O(a) candidato(a) será considerado apto(a) ou não apto(a), avaliando-se sua capacidade de compreensão global de um texto em língua estrangeira: Inglês, Espanhol ou Francês, à escolha do(a) candidato(a) no momento da inscrição. Será avaliada a elaboração de respostas em Língua Portuguesa com coesão e coerência. Será permitido o uso de dicionário em qualquer língua. As provas não serão identificadas pelo nome do(a) candidato(a) para preservar o anonimato.

4.3.2. Prova escrita. Esta etapa é eliminatória e classificatória. O(a) candidato(a) deverá responder, em Português, uma ou mais questões propostas pela Banca com base nos títulos sugeridos no anexo III deste Edital. Não será permitida a consulta a qualquer material por ocasião da prova. As provas não serão identificadas pelo nome do(a) candidato(a) para preservar o anonimato.

4.3.3. **Arguição oral do pré-projeto de dissertação e do currículo.** Esta etapa é eliminatória e classificatória. Trata-se de avaliação da trajetória acadêmica e do pré-projeto de dissertação do(a) candidato(a), considerando o mérito e a viabilidade de sua execução no período de 2 anos.

4.3.4. **Fase da comissão de heteroidentificação** para os(as) candidatos(as) optantes negros(as) aprovados(as), conforme item 2.3.

4.4. Ao final de cada etapa, será divulgada na página virtual do NEPP-DH a lista dos(as) candidatos(as) convocados(as) para a etapa subsequente;

4.5. As três etapas do processo seletivo são eliminatórias, logo o não-comparecimento a qualquer fase do certame implica a eliminação automática do(a) candidato(a).

5. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1. Análise do pré-projeto:

5.1.1. Coerência, pertinência e originalidade do anteprojeto do candidato;

5.1.2. Revisão de literatura com problematização do tema proposto e sua análise crítica;

5.1.3. Descrição do problema a ser pesquisado e definição dos objetivos da investigação;

5.1.4. Clareza argumentativa;

5.1.5. Coerência teórico-metodológica;

5.1.6. Viabilidade de execução do pré-projeto.

5.2. Prova escrita:

Respeito à Consígnia (de acordo com o que foi solicitado na questão)	2
Escrita acadêmica adequada (coesão, coerência, respeito às normas, etc.)	1
Relação do campo teórico com a questão proposta (domínio da teoria e da bibliografia (espera-se que o candidato cite o maior número possível de autores/ adequação ao tema)	3
Originalidade nos pensamentos (apresentação de questões e formulação adequadas ao assunto, capacidade de erudição)	2
Conjunto (encadeamento de ideias, coerência global, apresentação adequada do gênero textual solicitado)	2
Total	10

5.3. Prova de língua estrangeira:

5.3.1. Compreensão instrumental da língua, coesão e coerência.

5.3.2. Correção dos aspectos formais do texto traduzido: gramática e ortografia.

5.4. Arguição oral

5.4.1. Domínio teórico-metodológico do campo problemático apresentado no pré-projeto;

5.4.2. Conhecimento teórico-metodológico afim à linha de pesquisa;

5.4.3. Disponibilidade para dedicar-se ao curso;

5.4.4. Coerência e pertinência qualitativa de sua formação anterior com a linha de pesquisa à qual o(a) candidato(a) se propõe, bem como aos interesses de pesquisa.

5.4.5. No caso da seleção do(a) candidato(a) indígena, a avaliação da arguição oral levará em consideração os seguintes itens:

a) A pertinência temática da intenção de estudo às linhas de pesquisa desenvolvidas no programa;

b) Disponibilidade de tempo para as atividades do programa, com atenção aos prazos estabelecidos no regimento;

b) Pretensão em dar continuidade às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

c) Atualidade, interesse e originalidade do tema a ser pesquisado;

5.5. Peso das Provas

Avaliação	Peso
Prova escrita	2
Arguição oral e análise do pré-projeto	1

6. DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

6.1. Serão aprovados(as) os(as) candidatos(as) que obtiverem média final igual ou acima de 7,0 (sete) ou, no caso dos optantes, média igual ou acima de 5,0 (cinco) autoidentificado(a)s como pessoas negras, indígenas, quilombolas, travestis ou transexuais e com deficiência.

6.2. A ordem de aprovação/classificação será decrescente por média e pela disponibilidade de vagas;

6.3. Caso um optante das vagas reservadas (item 2.1) obtenha avaliação que lhe garanta uma das vagas de ampla concorrência, ele(a) não será computado para o preenchimento das vagas reservadas para esta modalidade;

6.4. Em caso de desistência de candidato(a) optante selecionado, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) subsequentemente aprovado(a), também optante da mesma modalidade; e

6.5. Na hipótese de não haver candidatos(as) optantes das modalidades de reserva de vagas, aprovados(as) em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência, sendo preenchidas pelos(as)

demais candidatos(as) aprovados(as), observados os critérios de avaliação.

6.6. No caso de empate, o critério de desempate obedecerá à seguinte ordem:

- 1 a) maior grau obtido na prova escrita;
- 2 b) maior grau obtido na arguição oral;
- 3 c) maior idade do(a) candidato(a);
- 4 d) maior tempo de estudo na rede pública de ensino fundamental e médio.

6.7. A lista de aprovados, mas não classificados, perderá a sua validade para reclassificação após o prazo de efetivação das matrículas referentes ao ano letivo de 2023.

6.8. A matrícula do(a) candidato(a) aprovado(a) só será efetivada mediante a apresentação de diploma ou certificado de conclusão do Curso de Graduação. No caso de diplomas estrangeiros, deve-se apresentar o comprovante de revalidação.

7. INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

7.1. Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail inscricoesppdh@nepp-dh.ufri.br, para apreciação pela Comissão de Seleção do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos no prazo máximo de 48 horas a partir da divulgação dos resultados.

7.2. A Comissão revisora divulgará os resultados dos recursos na página eletrônica do NEPP- DH, obedecendo aos prazos previstos no calendário deste Edital.

7.3. Será assegurado ao candidato o acesso à cópia de sua prova escrita.

8. CALENDÁRIO DO PROCESSO SELETIVO

Evento	Prazo até
Período de Inscrições	08 de agosto a 04 de setembro de 2022
Homologação dos Inscritos	12 de setembro de 2022
Prazo de recurso a homologação das inscrições	13 e 14 de setembro de 2022
Resultado do recurso de homologação	16 de setembro de 2022
Realização da prova de línguas:	19 de setembro de 2022, das 9 às 11 horas.
Resultado da prova de língua estrangeira	23 de setembro de 2022
Prazo para recurso	24 e 25 de setembro de 2022

Divulgação do resultado de recursos	27 de setembro de 2022
Prova teórica	29 de setembro de 2022 das 9 às 13 horas
Resultado da prova teórica:	27 de outubro de 2022, a partir das 18 Horas
Recurso ao resultado da Prova teórica	29 e 30 de outubro de 2022
Resultado dos recursos da prova teórica	01 de novembro de 2022 até 18 h.
Arguição oral	07 a 14 de novembro de 2022.
Resultado parcial	18 de novembro de 2022.
Interposição de recursos ao resultado parcial	19 e 20 de novembro de 2022
Resultado final para os/as não optantes pelas cotas raciais	22 de novembro de 2022
Resultado parcial para os/as optantes pelas cotas raciais	22 de novembro de 2022
Entrevistas com a Comissão de Heteroidentificação (para os(as) optantes por cotas raciais)	A partir de 23 de novembro de 2022

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Para a realização das provas, o(a) candidato(a) deverá trazer documento de identidade original e caneta azul ou preta;

9.2. As informações sobre as inscrições e o processo seletivo são as que constam deste Edital e as que eventualmente sejam publicadas no site do NEPP-DH. O(a) candidato(a) deve acompanhar o site do Programa para se informar sobre o Processo Seletivo.

9.3. Dúvidas a serem dirimidas deverão ser encaminhadas à Comissão de Seleção, exclusivamente pelo e-mail inscricoesppdh@nepp-dh.ufri.br.

9.3. O resultado final será homologado pela Comissão deliberativa do PPDH na reunião subsequente ao término do processo seletivo.

9.4. Após a divulgação dos resultados finais, a documentação dos candidatos não selecionados ficará arquivada e disponível para consulta na secretaria de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2022.

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

1 - Nome completo:		
1.1 - Nome social (se for o caso):		
2 - Endereço completo:		
3 - Telefone(s):		
4 - E-mail:		
5 - RG:	5.1 data da emissão:	6 - CPF:
5.2 – Órgão emissor:		
7 - Título de eleitor:		8 - Certificado militar:
Zona:	Seção:	
9 - Nascimento (dd/mm/aaaa):		10 - Nacionalidade:
11 - Vínculo empregatício: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim		
11.1 - Empresa:		11.2 - Data de Admissão:
11.3 – cargo/função:		
12 – Gênero	13 – Cor	
14 - Informações sobre a formação acadêmica:		
14.1 - Curso de graduação:	14.2 - Instituição:	14.3- Ano de conclusão:
15 - Título do pré-projeto:		
16 - Link do currículo lattes		
17 – Opção para a prova de língua estrangeira: <input type="checkbox"/> Inglês <input type="checkbox"/> Espanhol <input type="checkbox"/> Francês		
17 – Vaga de Concorrência (<input type="checkbox"/>) Universal (<input type="checkbox"/>) optante negro(a) (<input type="checkbox"/>) optante quilombola (<input type="checkbox"/>) optante pessoas travestis ou transexuais (<input type="checkbox"/>) optante pessoa com deficiência (<input type="checkbox"/>) optante indígena (<input type="checkbox"/>) Servidor técnico-administrativos de Instituição de Ensino Superior (IES)		
18 - Linha de Pesquisa desejada:		
19 – Opção de orientador:		
1ª Opção _____ 2ª opção _____		

Local _____ Data ___/___/___

Assinatura: _____

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO – PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
EM DIREITOS HUMANOS

FICHA DE INSCRIÇÃO CANDIDATO(a) COM DEFICIÊNCIA CONCURSO SELEÇÃO DE MESTRADO 2022

NOME DO (A) CANDIDATO (A):

QUAL O TIPO DE DEFICIÊNCIA?

ESPECIFICAR:

NECESSITA DE MECANISMOS E/OU ESTRATÉGIAS PARA AS PROVAS?

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

N.º DOCUMENTO DE IDENTIDADE: _____ ÓRGÃO EXP.

_____ ESTADO: _____ ENDEREÇO:

BAIRRO: _____ CIDADE:

_____ UF: _____

TELEFONES PARA CONTATO:

E-MAIL:

Declaro estar ciente e de acordo com as normas constantes do Edital, bem como que os dados informados são expressão de verdade e de minha inteira responsabilidade.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

ANEXO III – BIBLIOGRAFIA

1. ANTUNES, Ricardo. Trabalho Intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0, São Paulo: Boitempo editorial, 2020, pp. 07-24.
2. AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. 3. Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1997.
3. BUTLER, Judith. Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015, pp. 13-97.
4. DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009, pp. 9-38; 325-348; 375-384.
5. FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.
6. FONSECA, Francisco. Dimensões críticas das políticas públicas. Cad. EBAPE[online]., vol.11, n.3, 2013, pp.402-418.
7. FREY, Klaus. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática de políticas públicas no Brasil. Brasília: IPEA, n. 21. Junho de 2000.
8. ROGRIGUES, Cesar Augusto. Educação escolar em tempos de pandemia: direito à educação, ensino remoto e desigualdade social. Roteiro, [S. l.], v. 47, p. e27430, 2022. pp.01-19.
9. González, Lélia. A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Brasília: UNB, V.15, N.1, 2021.
10. HERRERA-FLORES, Joaquin. A (re)invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteux, IDHID, 2009.
11. LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
12. LUGONES, MARIA. Colonialidade e Gênero. In: *Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.
13. MBEMBE, Achile. Necropolítica. Arte & Ensaios, nº 32, Rio de Janeiro: UFRJ, dezembro 2016.
14. ROMANO, Jorge Osvaldo. Política nas políticas: um olhar sobre os estudos na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. Introdução, pp. 13-28.
15. SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. São Paulo: Lua Nova, n. 39, 1997, pp. 105-124.
16. SEGATO, Rita. Aníbal Quijano e a perspectiva da colonialidade do poder. In: Crítica da colonialidade em oito ensaios: uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, pp. 43-83.
17. WACQUANT, L. Forjando o estado neoliberal: trabalho social, regime prisional e insegurança social. In: *Loic Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Org. Vera Malaguti Batista. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

ANEXO IV

Área de Concentração

Políticas Públicas em Direitos Humanos

Podemos considerar que muitas são as formas de ação, cooperação ou regulação em níveis local, nacional ou mundial que buscam a ampliação, efetivação e reafirmação dos Direitos Humanos e da cidadania. Estas formas aludem a um dos direitos mais preciosos: o da liberdade de fazer e refazer a nós mesmos¹. Assim entendidos, os temas dos Direitos Humanos e da ação pública alcançam grande abrangência acadêmica e têm caráter interdisciplinar. Por isso, não se trata aqui de tomar o tema dos Direitos Humanos como um sub-ramo jurídico ou como um desdobramento de certos ramos do direito (ainda que este, especialmente o direito internacional, seja referência fundamental), mas de reforçar o seu caráter de motor de mudança social, promotor e informador da ação, seja em âmbito local, nacional ou internacional.

A escolha desta problemática como área de concentração do Programa de Mestrado e de Doutorado abre todo um campo novo teórico e investigativo, uma vez que articula Direitos Humanos enquanto indutor de promoção de cidadania e de inovação social. O tema desafia, uma vez que os processos indutores de transformação social precisam agora ser pensados e teorizados de maneira interligada e interdisciplinar abarcando temas como: globalização; ação pública partilhada entre atores governamentais e não governamentais; novos arranjos setoriais e políticas transversais de saúde, educação, justiça etc.; internacionalização dos Direitos Humanos; acesso à justiça; promoção e proteção de direitos: à vida, à saúde, ao trabalho, à cidade, à segurança, etc.; persistência de desigualdades e segregações de raça, de gênero e de idade; escravidão contemporânea; novos arranjos e ressignificações da família; processos de criminalização na cidade e no campo; múltiplas demandas de reconhecimento; laicização do Estado; educação inclusiva, etc., tornando-se, em muitos casos, dimensões que atravessam às diversas pesquisas constantes dessa proposta. Um programa de pós-graduação que tem como área de concentração ***Políticas Públicas em Direitos Humanos*** irá consolidar tais esforços e

¹ HARVEY, D. "A Liberdade da cidade" In. MARICATO, Emínia, (et alli). **Cidades Rebeldes**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013, p. 27.

contribuir de forma sistemática com a construção de conhecimento na área, tão necessário, urgente e contemporâneo em sociedades como o Brasil, ainda em processo de democratização.

A área de concentração proposta abrangerá duas linhas de pesquisa. A primeira mais voltada para os Direitos Humanos da perspectiva da ação pública, nacional e internacional e a segunda, para as práticas locais, nacional ou internacional de violação, proteção e promoção dos Direitos Humanos e da cidadania.

Todavia, pode-se problematizar o fato de que os objetos constitutivos dessas duas linhas de pesquisa se atravessam por tratar-se de um amplo e complexo campo de estudo, o que nos permite chegar a uma primeira conclusão: a de que as linhas não se reduzem a aspectos disciplinares únicos e; por tratar-se de uma proposta interdisciplinar, ela abarca professores, disciplinas, metodologias e formações distintas, que permitem e reforçam os entrelaçamentos, o que nos leva a uma segunda conclusão: de que as linhas não, obrigatoriamente, priorizam pré-especializações, podendo o aluno e os docentes circularem entre os conteúdos das distintas linhas, o que enriquecerá a sua formação.

Linhas de Pesquisa do PPDH

1 - Estado, políticas públicas nacionais e internacionais em Direitos Humanos

Esta linha visa o estudo de elementos filosóficos, teóricos e aplicados acerca das políticas públicas em Direitos Humanos, em nível nacional e internacional. De um lado, fundamenta-se em conceitos, definições e desenvolvimento acadêmico do tema dos Direitos Humanos. Baseia-se em uma noção de Direitos Humanos que se refere, dentre outros, às necessidades humanas essenciais, à democratização da sociedade e à promoção do desenvolvimento sustentável, econômico, político e social. Orienta-se pela compreensão de que estes direitos nunca são plenamente realizados, encontram-se sempre em movimento, sujeitos à ampliação, afirmação e também retrocesso e que são base para enfrentar e superar as várias formas de violência ou potenciais violações. De outro lado, centra-se no estudo e pesquisa sobre o estado e problematiza as relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Toma por base uma ação pública, que na atualidade, vem vivenciando mudanças profundas, no âmbito nacional e internacional, tais como a desconcentração da ação do estado na provisão de bens públicos e seu deslocamento para

a sociedade civil e para o mercado. Atenta ainda para a emergência de novos atores sociais, cada vez mais relevantes na produção de políticas públicas. Finalmente, procura compreender o impacto da globalização sobre a produção das políticas, seja enquanto redução da ação dos estados nacionais, enquanto desafio para responder a problemas gerados em escala global ou ainda como resposta às decisões internacionais de Direitos Humanos.

Estarão reunidos nesta linha de pesquisa os mais amplos estudos de políticas públicas em Direitos Humanos destinados aos diversos grupos da sociedade. Assim, questões como população em situação de rua, juventude, mundo do trabalho, questões ambientais, questões de segurança, educação inclusiva e em Direitos Humanos, refugiados, escravidão contemporânea, laicidade do Estado, Direitos Humanos internacionais, dentre tantas outras possibilidades de estudo, no esforço tanto de compreensão e análise, quanto o de proposição, monitoramento e avaliação destas políticas.

Docentes da linha de pesquisa e área de orientação

Docente	Área de Orientação
Ana Claudia Diogo Tavares Doutorado em Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Sistema de Justiça, democracia e direitos humanos Ditadura e democratização no Brasil Conflitos agrários, ambientais e direitos humanos
Cristiane Brandão Mérida Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Direito Humanos e Penas Privativas de Liberdade Direitos Humanos e Medidas de Segurança Criminologia, Política Criminal e Direito Penal Princípios Constitucionais e Sistema Penal Juizados Especiais Criminais/JVDFM e Acesso à Justiça Justiça Criminal: comportamento institucional
Elaine Constant Souza Doutorado Políticas Públicas e Formação Humana - Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Direitos Humanos, estrutura parental e educação formal Políticas Curriculares em debate. Direitos Humanos na Educação: diversidade, diferença e inserção cidadã. Educação, paradigma patriarcal e uma nova dimensão humanista. Movimento ecológico e melhoria da

	<p>qualidade de vida em torno da escola. Educação laica, estudo da religiosidade e o respeito às diversas crenças. A educação é um universo feminino? A presença da mulher no mundo contemporâneo. As grandes migrações do mundo contemporâneo e o acolhimento do “estrangeiro” no universo escolar. Educação versus discriminação em suas manifestações: classe, cor, gênero, nacionalidade, necessidades educativas especiais. Populações urbanas de baixa renda e os direitos humanos fundamentais.</p>
<p>Joana Domingues Vargas Doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro</p>	<p>Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Jovens em Conflito com a Lei Instituições da Polícia e da Justiça Segurança Pública</p>
<p>Jussara Marques de Macedo Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense</p>	<p>Políticas Públicas em Educação Trabalho e Educação Trabalho Docente Política e Gestão de Sistemas Educacionais</p>
<p>Maria Celeste Simões Marques Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>	<p>Teoria do Estado, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, Trabalho e Justiça, Direito Internacional do Trabalho Sistemas de Proteção dos Direitos Humanos</p>
<p>Marildo Menegat Doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>	<p>Barbárie Violência Teoria política Criminologia Crítica Cultura popular</p>
<p>Patricia Sonia Silveira Rivero Doutorado em Sociologia IUPERJ</p>	<p>Políticas de desenvolvimento, inovação tecnológica, cyberpolítica, identidades e novas tecnologias, Direitos Humanos de quarta e quinta geração; Mercado de trabalho, mercados informais, ilegais e desigualdades sociais ;Política internacional de drogas e armas</p>
<p>Pedro Cláudio Cunha Bocayuva Cunha Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio</p>	<p>Globalização e direitos humanos. Direitos Humanos e Direito à Cidade. Hegemonia e sujeitos coletivos.</p>

de Janeiro	A nova centralidade da periferia e a inversão das prioridades
Ricardo Rezende Figueira Doutorado em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro	Direitos Humanos; Violência; Migração; Trabalho Escravo; Poder.
Vantuil Pereira Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense	Movimentos Sociais Movimento social negro Pensamento Social Brasileiro, pensamento social negro, História da Cidadania no Brasil Relações Raciais, políticas públicas e Direitos Humanos

2 – Violências, desigualdades e promoção de cidadania

Esta linha de pesquisa tem por objeto o estudo das diversas formas de violências presentes na sociedade. Entende-se que a mesma se manifesta de distintas formas e necessita ser problematizada para entendermos como tais fenômenos implicam a impossibilidade de concretização dos direitos humanos. A linha de pesquisa ainda terá como foco os estudos de desigualdades e promoção da cidadania. Segundo se pode notar, grande parte dos desafios colocados à consolidação de uma sociedade democrática, baseada, entre outros aspectos, na dignidade humana, sustenta-se na permanência de entraves vinculados às distorções nos âmbitos econômicos, culturais e sociais. Deste modo, tais desequilíbrios não devem ser naturalizados, sobretudo porque muitos, embora possuam traços econômicos, sustentam-se em discursos hegemônicos que reafirmam e estruturam tais diferenciais.

Tais estudos podem ser ampliados para seus aspectos internacionais, considerando, entre tantas possibilidades, as questões relacionadas à alteridade, à justiça, à imigração, à diáspora, à intolerância e à dimensão humanitária nos grandes conflitos, tomando-se como eixos os aspectos comparativos que tais temas podem conter, ou estudos de casos específicos. No que tange à realidade brasileira, esta linha de pesquisa abará aspectos que impactem na compreensão das desigualdades a partir da historicidade própria à nossa realidade. Neste sentido, ganham ênfase os estudos relacionados às questões de gênero e raciais, mas não propriamente ficam limitados a elas. Trata-se de duas áreas sensíveis e que têm recebido atenção no campo das políticas públicas em nosso país.

Ao afirmarmos que as desigualdades e segregações não podem ser naturalizadas, ratificamos dizendo que elas já não o são a partir da realidade conflitiva vivida pelas sociedades. Deste modo, comporão esta linha de pesquisa os estudos vinculados ao conjunto de manifestações e mobilizações sociais em torno da conquista de direitos, os diversos tipos de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Entende-se que as lutas sociais possuem relevância tanto na compreensão das conquistas e avanços sociais, quanto das questões relacionadas à dimensão do poder na sociedade.

Docentes da linha de pesquisa e área de orientação

Docente	Área de Orientação
<p>Anna Marina Barbará Pinheiro Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense</p>	<p>Gênero Sexualidade Feminismos</p>
<p>Jadir Anunciação de Brito Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo</p>	<p>Direitos sociais, trabalho e economia política; Violência, racismo institucional e estrutural. Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais, Ambientais (DHESCA's); Comunidades e povos tradicionais no Brasil e América Latina;</p>
<p>Fernanda Barros dos Santos Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense</p>	<p>Gênero, mulher negra, políticas públicas, Direitos Humanos</p>
<p>Mani Tebet Marins Doutorado em Sociologia Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>	<p>Identidades, interseccionalidade, desigualdades, implementação de políticas públicas (em especial de gênero, raciais, educacionais e de transferência de renda), políticas públicas comparadas e refugiados.</p>
<p>Marcos Vinícius Torres Pereira Doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p>	<p>Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Direitos da Diversidade Sexual; Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Direitos dos estrangeiros; Direitos Humanos, Políticas Públicas e Gênero; Direitos Humanos e Direito Internacional Privado; Direitos Humanos e Direitos das Famílias; Diversidade Sexual e Teoria Queer; Circulação Internacional de Pessoas e Direitos Fundamentais;</p>
<p>Mariana Trotta Dallalana Quintans Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro</p>	<p>Direitos Humanos e Movimentos Sociais Questão Agrária Povos Tradicionais Direitos Humanos e Direito à Cidade. Criminologia Crítica Sociologia do Direito e da Administração da Justiça</p>
<p>Pedro Paulo G. Bicalho Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro</p>	<p>Criminologia Segurança Pública Psicologia Jurídica</p>

Sérgio Luiz Batista da Silva Doutorado em Letras pela Universidade de São Paulo	Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais Políticas Públicas de Educação para diversidade Formação de professores e Direitos Humanos
---	---

ANEXO V

Roteiro para elaboração de Pré-Projeto de Pesquisa

Sobre a Capa

Na Capa, devem estar indicados os dados institucionais (Universidade Federal do Rio de Janeiro; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH); Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos), o título do projeto, a linha de pesquisa, o grau do curso pretendido (Mestrado) e o ano. É vedada a identificação da autoria do pré-projeto seja na capa, seja em qualquer parte do mesmo.

Sobre o título do projeto

O título deve transmitir uma ideia geral sobre o trabalho. É recomendável a presença de um subtítulo explicativo, que dê conta, brevemente, da delimitação da questão central a ser investigada, caso tais informações não estejam presentes no título.

Introdução

É necessário apresentar o trabalho de forma sintética e objetiva. Sugere os seguintes elementos: apresentação da instituição na qual a pesquisa será realizada, envolvendo: razão social, localização, histórico, atividades e objetivos; identificação do tema e do problema delimitados; metodologia; esclarecimento sobre os limites práticos e teóricos; argumentar sobre a importância pessoal e social para a realização do trabalho.

Objetivos

- 1 Geral – O autor deve expor o objetivo mais amplo ligado diretamente ao conhecimento que se pretende alcançar, desenvolver ou ampliar com a pesquisa.
- 2 Específicos – referem-se a ações que serão desenvolvidas pelo pesquisador a fim de que possam atingir o objetivo geral, demonstrando, assim, como o projeto será desenvolvido. Por exemplo: verificar documentação, classificar, levantar, comparar etc. Os objetivos específicos determinam a ação do pesquisador

Quadro teórico

Trata-se de problematizar teoricamente a questão a ser investigada, isto é,

expor os principais recursos teóricos – concepções, pressupostos e conceitos especificamente relacionados a uma tendência, ou correntes teóricas a serem mobilizados na pesquisa. Essa plataforma teórica constitui um universo de princípios, categorias e conceitos, formando um conjunto logicamente coerente, no interior do qual o trabalho do pesquisador se fundamenta e se desenvolve. É importante frisar que esse quadro teórico precisa ser enunciado de forma a tornar compreensível sua consistência, coerência e compatibilidade, em relação ao tratamento do(s) problema(s) a ser(em) enfrentados(s) – isto é, ao objeto da pesquisa.

Hipóteses

As hipóteses são afirmações provisórias, enunciados prévios a serem verificados, adotados a título provisório como diretrizes da investigação. Hipóteses são, portanto, resultados aos quais se imagina poder chegar. Neste sentido, é aconselhável apresentá-las – uma hipótese central e as demais, sub-hipóteses – sob a forma de tópicos, preferencialmente correspondentes aos objetivos a serem alcançados. Observe-se que a hipótese central é, também, o tema/problema central que o trabalho se propõe a desenvolver e demonstrar. As hipóteses complementares (ou sub-hipóteses) são enunciados de caráter particular, cuja demonstração permite alcançar as várias etapas que se pretende atingir para a construção total do tratamento do problema a ser investigado. Obviamente, a formulação de hipóteses leva em conta a(s) perspectiva(s) teórica(s) que fundamenta(m) a argumentação. Ressalte-se, também, que não se deve confundir hipótese com pressuposto, com evidência prévia; hipótese é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado evidente, desde o ponto de partida.

Metodologia e fontes

Por metodologia entende-se a descrição dos meios, instrumentos e atividades técnicas necessários ao tratamento do problema, a partir das fontes. Vale notar que as fontes não são repositórios neutros, exigindo um exame adequado, em função de sua especificidade. Para isso, é necessário apresentar uma tipologia, ou seja, explicitar a natureza dos diversos materiais (textuais, orais etc.), sob suas diversas formas.

Referências

Apresentação estrita das fontes e textos efetivamente consultados e citados na elaboração do anteprojeto de pesquisa, com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ANEXO VI

Termo de Adesão para candidatos/as negros/as, quilombolas, travesti ou transexual, pessoa com deficiência ou indígenas

Eu, _____,

RG _____ CPF _____,

estou ciente e concordo com as regras do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, seleção 2022, declarando-me que:

- Concorrerei ao adicional de vagas da Política de Acesso Afirmativo ao PPDH/NEPP-DH/UFRJ como candidato negro (preto ou pardo)
- Concorrerei ao adicional de vagas destinada a candidatos indígenas, declarando-me indígena.
- Concorrerei ao adicional de vagas declarando-me quilombola.
- Concorrerei ao adicional declarando-me pessoa travesti ou transexual.
- Concorrerei ao adicional de vagas declarando-me pessoa com deficiência

Assinatura

Data

Anexo VII

Vagas para orientação PPDH 2023

Professoras e professores	Vagas para orientação
Ana Claudia Tavares	02
Anna Marina B. Pinheiro	01
Cristiane Brandão	01
Elaine Constant	01
Fernanda Barros	01
Fernanda Vieira	02
Jadir Brito	02
Jussara Marques	02
Laura Murray	01
Mani Tebet	01
Marcos Vinícius Torres	02
Maria Celeste S. Marques	01
Mariana Trotta	01
Patricia Rivero	02
Pedro Cunca	01
Sérgio Baptista	01
Ricardo Rezende	02
Vantuil Pereira	01